

## **DO AGRAVO**

**Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega (\*)**

Considerando-se a mini reforma pela qual passou o nosso CPC, convém ressaltar que a grande novidade na matéria de recursos foi a Lei nº 9.139, de 30.11.95 que impôs substanciais modificações nos artigos 522 a 529, do Código com a introdução e invasões ao procedimento do recurso de agravo, deixando-o ao alcance das partes sempre que cabível das decisões interlocutórias.

Tal reforma buscou a melhoria do sistema do recurso, tendo aproveitado boa parte da jurisprudência pátria, a qual, transformada em dispositivo legal, certamente enfatizará mais a informalidade, com vistas à celeridade processual, objetivo maior do Judiciário Brasileiro.

Como primeira novidade tivemos a exclusão da palavra instrumento, passando o recurso a receber a denominação exclusiva de AGRAVO, simplesmente.

Agravo, nada mais é que o recurso cabível contra as decisões interlocutórias, para que a parte tida como prejudicada possa buscar, junto ao órgão competente, o exame da questão, como prerrogativa de seu direito à ampla defesa com o conseqüente poder de uso dos recursos a ela peculiares, em conformidade com o princípio constitucional previsto no art. 5º LV.

Na verdade, para Ernane Fidelis dos Santos, é o recurso que existe para provocar reapreciação da decisão que tenha agravado a situação da parte.

O art. 522, do CPC, de uma clareza meridiana assim estabeleceu:

*Art. 522 - "Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 dias, retido nos autos ou por instrumento".*

Tal recurso, aplicável apenas às decisões interlocutórias, estas, classificadas como os atos pelos quais o juiz resolve questão incidente, no curso do processo, a teor do art. 162 § 2º do CPC, não abrange os atos do juiz que dão movimento ao processo, consubstanciados em despachos de mero expediente, sem caráter decisório.

**(\*) Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega é Bacharel em Direito e funcionária do TRT/13ª Região**

Inobstante a sua natureza de recurso, o agravo ataca decisões interlocutórias, resolvendo questões incidentes, sem, contudo, decidir o mérito da causa.

Seu pressuposto é o inconformismo da parte acerca de certa decisão interlocutória considerada ofensiva a seu direito, no uso da prerrogativa que lhe é assegurada pela Carta Magna, conforme já frisamos.

Duas são as formas para sua interposição: o agravo retido ou por instrumento. No segundo caso, forme-se um processo especial à parte, que não suspende o principal posto que de efeito meramente devolutivo. A escolha da forma, retido ou por instrumento, é faculdade da parte, que deverá esclarecer na petição do recurso a forma escolhida.

Interposto na modalidade de retido, ficará nos autos para que seja conhecido preliminarmente quando do julgamento da apelação do respectivo processo. Dessa forma, se não houver apelação, o agravo não será conhecido e se a apelação não for conhecida, prejudicará o conhecimento do agravo que dela depende, segundo uma corrente, enquanto que a outra, sustentada em novíssima jurisprudência, defende que o agravo retido, independentemente do conhecimento da apelação, subirá à instância *ad quem, como se foram um recurso autônomo. De observar que a modalidade "retido" é incompatível com o processo do trabalho.*

Já o agravo de instrumento deverá ser endereçado ao tribunal competente (não mais no juízo de 1ª instância) no prazo de 10 dias, mediante protocolo ou postagem no correio (com A.R) ou por outra forma prevista na lei local (art. 525 § 2º, do CPC).

Na atual versão, não mais se admite o processamento de agravo interposto fora do prazo como previsto anteriormente no art. 528, revogado.

A previsão da remessa do recurso pelo correio mediante A. R veio atender a uma necessidade de facilitar à parte a interposição do recurso, agilizando seu andamento já diretamente da instância *ad quem*.

Inobstante a existência de previsão legal para o agravo na CLT, para alguns doutrinadores, é possível permitir que a parte opte pela apresentação do Agravo de instrumento ao próprio juiz, autor da decisão impugnada, perante quem se processará o recurso ou seu protocolo diretamente no tribunal ou, ainda, encaminhá-lo através do correio, em conformidade com sua preferência.

O que importa para análise da tempestividade do recurso é a data postada no correio ou entregue ao protocolo integrado. Pouco importa a data em que o juiz o despache. Dessa forma, inteiramente em vigor a Súmula 425 do Supremo Tribunal Federal nos seguintes termos:

*"O agravo despachado no prazo legal não fica prejudicado pela demora da juntada, por culpa do cartório, nem o agravo entregue em cartório no prazo legal, embora despachado tardiamente".*

Na hipótese, aplica-se a regra do art. 191, do CPC. Curioso notar que em caso de litisconsórcio, o prazo em dobro para recorrer favorece a cada litisconsorte, desde que representados por procuradores distintos, mesmo que apenas um dos litisconsortes tenha interposto recurso (RTJ 95/1.338, 107/923 etc). Ressalte-se, contudo, que em tal circunstância, daí por diante os prazos passam a ser simples, não mais se aplicando o previsto no art. 191 supra citado. Ademais, leve-se em consideração que o prazo em dobro não se aplica ao processo de execução, nem aos embargos, em conformidade com a jurisprudência dominante. De salientar, também, que, que no decorrer do processo o litisconsórcio se desfizer, o remanescente não terá o prazo em dobro para recorrer. Também, não se beneficiarão do prazo dobrado os litisconsortes que apesar de inicialmente com procuradores diferentes, tenham optado por procurador comum (com novo mandato ou com substabelecimento de procuração com cláusula de reserva de poderes, mesmo que persistindo advogado comum aos litisconsortes).

O contrário ocorrerá se de início os litisconsortes tiverem procurador comum e posteriormente resolverem contratar advogados diversos, quando, então, aplicar-se-á a regra insculpida no art. 191 já mencionado.

O mesmo CPC, em seu art. 188, prevê prazo em dobro para a Fazenda Pública ou Ministério Público interpor o recurso. Todavia, para resposta do agravo, o prazo é simples. De observar, igualmente, que o Ministério Público goza da prerrogativa tanto quando age como parte como quando atua como fiscal da lei.

Apesar dos privilégios do Poder Público, a regra do art. 188 não é acumulável com a do art. 191, ambos do CPC.

Terá o benefício do prazo em dobro o Defensor Público representando interesses de beneficiários de assistência judiciária, em conformidade com a lei nº 1.060/50 (art. 5º § 5º) combinada com a Lei nº 7.871/89 (4ª Turma do STJ, no R Esp 11.591, julgado em 21.08.91, Rel. Min, Athos Carneiro, DJU de 30.09.91, p. 13493, 2ª col.).

A petição do agravo de instrumento, subscrita por advogado habilitado, deverá preencher os seguintes requisitos: a) exposição do fato e do direito, b) as razões do pedido de reforma da decisão e c) o nome e endereço dos advogados constantes do processo (art. 524, CPC, com a nova redação). Estes, são pressupostos de conhecimento do próprio recurso.

O recorrente pode apresentar documentos novos com o agravo.

O estagiário só poderá assinar o recurso se assistido por advogado constituído nos autos.

Neste recurso não cabe a permissibilidade de apresentação de procuração em 15 dias, posto que não considerado como ato urgente, em consonância com jurisprudência de nossos tribunais.

Para formação do instrumento, o art. 525 estabelece as peças obrigatórias e as facultativas. Entre as obrigatórias estão cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado (525, I). As facultativas possibilitam ao agravante juntar peças a seu critério, destinadas à intimação do agravo, possibilitando o reexame da matéria.

Como inovação neste aspecto, a Lei 9.139 eliminou a indicação e o traslado de peças, devendo as mesmas, quer facultativas, quer obrigatórias, acompanhar o agravo destinado diretamente ao tribunal.

Acaso encaminhado o agravo sem as peças obrigatórias, terá o seguimento obstado, nos termos do art. 557, CPC, pelo próprio relator. A conversão do julgamento em diligência para que o agravante supra sua inércia não mais se admite.

Isto, porém, não se aplica ao processo do trabalho posto que o traslado das peças obrigatórias é de responsabilidade do serventuário do juízo. Aliás, a permanecer esta regra, ter-se-á como prejudicada a celeridade buscada pela Justiça do Trabalho, eis que a folha do serventuário impõe ao relator a conversão em diligência para complementação do traslado, enquanto que, na omissão da própria parte, o seguimento será obstado (art. 557, CPC), analogicamente ao ordenamento civil.

Para interposição do agravo, o art. 511, CPC (redação da Lei 8.950/94) exige preparo antecipado o que obriga à parte a juntar o comprovante do pagamento do valor devido. Além disso, devem acompanhar o recurso, também o comprovante de pagamento das custas e do porte (se houver). Acabou-se o prazo para preparo e para elaboração dos cálculos de custas e porte de retorno, eis que seu preparo é antecipado (art. 511).

Como novidade maior a lei trouxe o juízo de retratação, facultando ao agravante, depois de interposto o agravo, no prazo de 03 dias, requer a juntada aos autos principais, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição com a relação dos documentos que instruíram o recurso, nos termos do art. 526, do CPC com a nova redação imposta pela Lei nº 9.139/95.

Esta providência tem por objetivo informar nos autos originários, da interposição dos mesmos, posto que, pela atual sistemática nada constaria nos autos. De posse da informação de interposição do recurso o juiz *a quo poderá reformar sua decisão consoante disposto no art. 529, CPC. Nesta hipótese o agravo será considerado prejudicado assim como a consulta pelo advogado do agravado a respeito da resposta ao agravo.*

Se, porém, o agravante não comunicar ao juiz da causa que protocolou o agravo, desta omissão não decorrerá qualquer penalidade, eis que não prevista em lei. As consequências repercutirão no bom andamento do processo, sobretudo, quando concedido o efeito suspensivo pelo relator e a instância inferior, ignorando o recurso, prosseguir numa execução já suspensa, acarretando prejuízo à parte adversa e à máquina do judiciário que se desgastou em atos já sob a proteção da instância superior.

Seu processamento perante o tribunal envolve o recebimento respectivo (art. 547, CPC), em seguida, a distribuição a uma câmara, se for o caso, com o sorteio do relator, a quem caberá as providências que se fizerem necessários, nos termos dos incisos I a IV do art. 527, CPC. A regra do art. 527 "caput" se aplica ao processo do trabalho com vistas ao indeferimento do agravo.

O indeferimento liminar prejudicará as providências subseqüentes.

Chegando os autos ao Relator e não sendo indeferido liminarmente, a ele competirá providências como requisitar informações ao juiz a quo, se isto lhe aprouver, o qual prestará as informações solicitadas no prazo de 10 dias a partir do recebimento da solicitação, podendo juntar cópias que entenda necessárias.

Esta facultada, torna-se semelhante ao pedido de informação prevista na lei do Mandado de Segurança, apesar de obrigatória sob esta óptica.

Na verdade, apesar de faculdade em sede de agravo, a jurisprudência vem entendendo ser de bom alvitre o pedido de informação posto que ensejará ao juiz *a quo reconsiderar o despacho agravado, comunicando sua reconsideração se for o caso, ao relator, que, então, considerará prejudicado o agravo, sendo que o agravado não pode se insurgir contra a reconsideração como acontecia na previsão anterior (art. 527 § 6º - revogado).*

Ainda ao relator, cabe a faculdade de atribuir efeito suspensivo ao recurso, uma vez requerida pelo agravante, a teor do art. 558, do multicitado CPC. Esta providência não pode ser *ex-officio*, dependendo, sempre, de requerimento da parte prejudicada, em face da relevância do ato impugnado e da ocorrência de lesão grave e de difícil reparação ao direito da parte. Esta decisão deverá ser comunicado ao juízo de 1ª instância.

Modo contínuo, ao relator cumprirá, ainda, intimar o agravado através de ofício endereçado ao advogado, cientificando-o da interposição do agravo e oferecendo-lhe oportunidade de responder no prazo de 10 dias, querendo, inclusive com juntada de cópias das peças que julgar convenientes na defesa de sua tese em favor do agravado. Não há mais possibilidade de indicação de peças.

**A REPRESENTAÇÃO PARITÁRIA E SUA INJUSTIFICÁVEL  
PERMANÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**PARTE DE OUTRO ARTIGO**